

FORMA, FUNÇÃO E ESTRUTURA EM O CAPITAL¹

Henri Lefebvre

Lefebvre Henri. Forme, fonction, structure dans Le Capital. In: L'Homme et la société, N. 7, 1968. numéro spécial 150^e anniversaire de la mort de Karl Marx. pp. 69-81.²

DOI: 10.3406/homso.1968.1100

 Kamir Freire Gemal^a

^a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP)

DOI: 10.12957/geouerj.2023.74388

Correspondência: kamirgemal@gmail.com

Recebido em: 23 mar. 2023

Revisado em: 24 mar. 2023

Aceito em: 27 abr. 2023

I.

Em Marx, e no pensamento marxista, há a concepção fundamental do devir (associado expressamente no pensamento ocidental ao filósofo grego Heráclito, retomado e aprofundado pelo filósofo alemão Hegel). Nesta concepção, o devir não possui nada de disforme. Não é o caos. Tanto na natureza quanto na sociedade e no conhecimento, o devir histórico cria “seres”, unidades estáveis e entidades que se mantêm por serem dotadas de um equilíbrio interno. Contudo, para Marx, assim como para Hegel, estas estabilidades não possuem nada de definitivo. Estes equilíbrios não são mais que provisórios. Estas estruturas são apenas “momentos” do devir. Nesta orientação do pensamento, Marx vai mais longe que Hegel, apoiado na constituição de um sistema filosófico e político definido e definitivo. O resultado é que, para Marx, é a gênese que cria a inteligibilidade. Logo, desde o começo do **Capital** (1, 1, 3)³, Marx anuncia que vai fazer aquilo que a economia burguesa nem mesmo tentou; ele vai fornecer a **gênese** da moeda e da função do dinheiro na circulação das

¹ Versão utilizada para referências e citações realizadas pelo autor: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. GORENDER, Jacob [apresentação]; SINGER, Paul [coordenação e revisão]; BARBOSA, Regis e KOTHE, Flávio R. [tradução]. São Paulo: Nova Cultural, 2. Ed., 1985 [1867].

Lefebvre, contudo, não indica a versão francesa de O Capital que utilizou. Tomou-se, por isso, apenas como referência aquilo que o próprio autor transcreveu.

Imagina-se que por diferenças de versões e traduções, a redação das citações presentes no corpo do texto apresenta, com frequência, diferenças quando comparadas àquelas encontradas na publicação referenciada acima. Preferiu-se, nestes casos, favorecer uma tradução que melhor se alinhava ao sentido impresso por Lefebvre e pela versão de O Capital em língua francesa que o autor utiliza. De todo modo, para não restringir arbitrariamente o conteúdo e permitir aos leitores a possibilidade de interpolar os sentidos empregados, manteve-se exposto nas notas de rodapé a referência de onde (páginas) se encontra o trecho análogo do texto referido na versão de língua portuguesa indicada acima, bem como a própria tradução.

² Tradução e publicação autorizadas por Pierre Bras, atual *Co-directeur* da *Revue L'Homme et la Société*, onde o artigo foi originalmente publicado por H. Lefebvre.

³ Aqui Lefebvre refere-se à Seção I – Mercadoria e dinheiro, Capítulo I – A mercadoria, item 3) A forma de valor ou o valor de troca (p. 53-70).



mercadorias. Se o conhecimento se depara com uma estrutura e a analisa, ele possui enquanto objetivo demonstrar como esta se formou: como o devir e a história a criaram. Evidenciar a estabilidade, a permanência, é o contrário do método marxista. No devir, estruturas se constituem; e então o devir dissolve gradativamente ou quebra bruscamente as estruturas que criou. Mas a dissolução ou ruptura dos equilíbrios momentâneos, a **desestruturação**, não vem **após** a constituição das estruturas. É no íntimo dos equilíbrios, no coração das estruturas que atuam desde o início as forças que os dissolverão ou os quebrarão, que produzirão a desestruturação. Por exemplo, desde o início da era feudal, na Europa, já existia a força que a suprimiria: a mercadoria, o comércio, a troca de produtos, o valor de troca. Outro exemplo: desde o início do capitalismo concorrencial, havia já nele, em seu cerne, as forças que o levariam a seu fim, a saber: de um lado, a tendência à concepção monopolística e, do outro, a classe operária com suas capacidades de ação econômica e política. Assim que a desestruturação opera no interior das estruturas, desde seu nascimento, antes mesmo de seu pleno e inteiro amadurecimento. Nunca as estruturas podem se consolidar e se afirmar. A negação opera e trabalha no âmago da afirmação. O possível não é exterior ao real, nem o futuro ao atual; eles já estão aqui presentes e atuantes. É isto que faz a história. Na sociedade e na natureza, há os **germes** que carregam o que está por vir, as **virtualidades** que se surgem de acordo com as conjunturas. A presença no real e no atual destes germes e destas virtualidades não possui nada de misterioso. Não é um metafísico que afirma, nem um puro filósofo. Marx é um intelectual. Ele leva em consideração os elementos do real em sua **totalidade**. O método **dialético** se pretende mais poderoso e mais penetrante do que aqueles que se detêm a apenas uma parte do real: o **empirismo** (que não vê nada além dos fatos e acaba por apanhar apenas uma poeira de constatações) ou a inteligência **analítica** (que alcança os elementos ao decupá-los no real, mas lhes deixa escapar o movimento e a totalidade).

Apesar da influência considerável do pensamento marxista na França, esta concepção nunca foi completamente assimilada. As tradições ideológicas que favoreceram na França a introdução do marxismo limitaram sua compreensão. Interpretou-se em termos cartesianos o método dialético e os conceitos a ele associados. É assim que a concepção do devir que estabelece relações dialéticas (isto é, conflituosas e contraditórias) entre a estruturação e a desestruturação, entre as estruturas e as conjunturas, se dissocia. De um lado, J. P. Sartre adota a visão do devir histórico, mas busca acercar-se dela através de uma investigação sobre o sujeito ou os sujeitos da história. Ele parte do “cogito” cartesiano, mais ou menos modificado e representado como “existencial” para compreender a historicidade. Ele não a alcança. Na Crítica da Razão Dialética, J. P. Sartre se diz e se crê ser como um sucessor de Marx. Ele situa seu próprio existencialismo entre as ideologias. Na verdade, ele renuncia ao existencialismo em favor do marxismo apenas para conceber o marxismo de modo existencialista. Para ele, os “sujeitos” individuais e coletivos, as consciências, possuem uma grande mobilidade; suas intenções, suas emoções, seus objetos e objetivos, mudam sem cessar. Ao estudá-los, ele não alcança a



história de forma aprofundada comparado à Marx e aos marxistas, mas ele esclarece de forma nova e interessante os pequenos grupos atuantes na história: as “intersubjetividades”. Aí se encerra, inacabada, esta obra.

Quanto à Claude Lévi-Strauss, cabeça do estruturalismo na França, ele também se pretende sucessor de Marx. Afirmção paradoxal. Efetivamente, Claude Lévi-Strauss contesta a história no mesmo livro em que se diz intérprete do marxismo: *O pensamento selvagem*. Seus discípulos e partidários vão ainda mais longe neste sentido. Eles liquidam o devir e a historicidade. A história é apenas uma ilusão, uma aparência. As emoções, as paixões e a subjetividade acreditam mudar. Na verdade, o intelecto permanece idêntico a si mesmo. “O homem” sempre foi o mesmo, de tal forma que não é mais útil falar do “homem”, nem da “sociedade”. É do intelecto que se trata. Não há nada além de estruturas mentais e sociais, de invariâncias. Quer se trate da linguagem, da família, da nomenclatura das realidades naturais, da cidade, ou da sexualidade, é possível encontrar por toda parte os mesmos traços característicos, os mesmos elementos significativos. Apenas variam as combinações destes elementos. Mais precisamente, dentre as combinações dos elementos, algumas são aqui escolhidas e acolá excluídas. Assim, enquanto certas combinações de sons (fonemas), segundo a fonologia, constituem uma língua com sua estrutura própria, outras são excluídas e inseridas em outra língua diferente. Outro exemplo: todas as sociedades, culturas e civilizações aderem a uma invariância fundamental, a proibição do incesto. Todas reivindicam uma classificação parental. Ainda outro exemplo: por toda parte, em qualquer sociedade, há comunicação, linguagem, trocas de informação. Estes traços bastam para definir as estruturas. O inteligível é, em última análise, o permanente.

Não cabe aqui retomar o conjunto da controvérsia, mas sim responder à questão colocada: “Como e em que medida Marx utilizou a noção de estrutura?” Nós vamos demonstrar que Marx emprega três noções fundamentais, as de estrutura, forma e função. Ele as utiliza na mesma medida, as coloca em pé de igualdade. Ele também utiliza outras, como a de nível, por exemplo. O privilégio conferido a uma noção, seja a de estrutura, a de função ou de forma, tem graves consequências. As outras noções se esvaem em favor da que se privilegia. Os instrumentos do pensamento e o próprio pensamento se empobrecem. Opera-se uma redução do conhecimento que o mutila ao torná-lo unilateral; ele não apanha mais do que uma parte da realidade. Ao mesmo tempo, extrapola-se a partir da noção privilegiada. Passa-se da parte ao todo, do relativo ao absoluto. Esta operação de duplo aspecto, redução-extrapolação, resulta em uma ideologia na concepção de Marx. O funcionalismo é uma ideologia. O formalismo é uma ideologia. O estruturalismo é uma ideologia. Com o funcionalismo, são obscurecidas as formas e as estruturas; sua análise se empobrece; e mais: no funcionalismo, as funções aparecem menos claramente do que quando o pensamento as analisa se servindo também dos conceitos de forma e estrutura. O mesmo vale para as estruturas no estruturalismo e para as formas no formalismo.



Entretanto, as dificuldades não são totalmente resolvidas, nem os obstáculos superados. De fato, Marx não deixou uma metodologia. Ele sempre desejou condensar seu método dialético em uma apresentação acessível, mas não o fez. É preciso, portanto, um estudo aprofundado de seu pensamento para reconhecer os conceitos em seu método, demonstrar nele seu emprego e, sobretudo, revelar nele o movimento. Uma apresentação sobre o método e os conceitos de Marx trairia seu pensamento se rompesse o movimento deste pensamento. O movimento permaneceria incompreendido se fosse rompido ao ser isolado da metodologia, ao separá-la daquilo que se formou antes do emprego metodológico dos conceitos em Marx, em sua obra científica, e, sobretudo, em *O Capital* (1867). Antes da elaboração teórica que figura nas obras ditas econômicas, isto é, nas suas primeiras obras (dizem, frequentemente, “de juventude”), Marx elabora a ideia da Revolução, no sentido de uma transformação radical da sociedade. Esta transformação colocará fim, segundo ele, a todas as alienações do ser humano, a tudo que aquilo que interrompe o desenvolvimento do ser humano considerado como ser social ao impedir que floresça. Esta transformação não pode se realizar por um decreto filosófico. Ela pressupõe condições teóricas e práticas. Na teoria (conhecimento), ela pressupõe uma crítica radical da sociedade e da realidade existentes. A palavra “radical” significa: aquilo que alcança até às raízes, até ao fundamento. Na prática ela pressupõe um grau elevado de poder do homem social sobre a natureza, um nível elevado de crescimento das forças produtivas da sociedade. Ela exige igualmente a ação revolucionária de uma classe social; Marx demonstra que somente a classe operária pode realizar esta missão histórica.

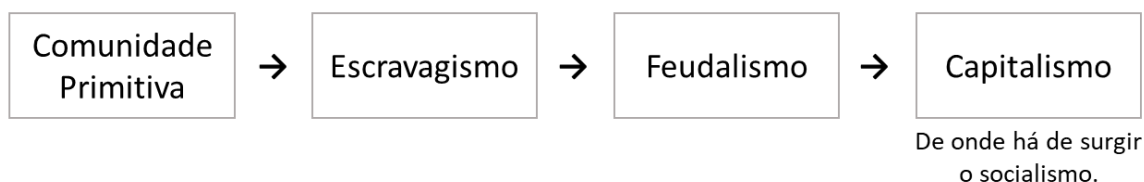
Quando ele começa a estudar, de maneira crítica, a economia política, e a utilizar metodicamente os conceitos mencionados (estrutura, forma e função), é para demonstrar cientificamente a possibilidade da revolução. É para demonstrar que há unidade entre o revolucionário e o intelectual. Ele deseja assim demonstrar que há unidade entre a linguagem e a vida social ordinária, a do conhecimento e a da atividade revolucionária. Entre teoria e prática, para Marx, há uma unidade que não é lógica, mas dialética: a diferença, e as vezes conflito, mas em unidade.

II. – Estrutura do devir (esquema diacrônico)

O que é um modo de produção para Marx? Estas palavras designam uma sociedade caracterizada por **relações sociais**, elas mesmas dominadas pelas **relações de produção**. Estas, por um lado, são condicionadas a uma certa divisão técnica do trabalho, a uma organização das relações da sociedade a partir da natureza material, em suma, a um certo nível de forças produtivas. A esta divisão **técnica** do trabalho, as relações de produção agregam uma divisão **social** do trabalho, isto é, das funções de comando, de conhecimento e de gestão. À ação da sociedade sobre a natureza se sobrepõem as formas de ação dos seres humanos, de uns sobre os outros, no cerne desta sociedade. As relações de produção se definem, portanto, a partir do duplo aspecto da divisão do trabalho: técnico e social. Tendo como condição um certo nível de forças produtivas,



são as condições de relações sociais elas próprias muito complexas. As relações de produção definidas tendem a formar um conjunto social dotado de uma coesão e uma coerência internas, constituintes de uma totalidade: o **modo de produção**. Marx distingue: o modo de produção asiático, a comunidade primitiva, o escravagismo, o modo de produção feudal, o capitalismo e o socialismo. Por razões que não examinaremos e que ele não expressa claramente, Marx mesmo deixou de lado o modo de produção asiático. **O Capital** efetivamente se limita à história da Europa, elaborado sobretudo a partir da Inglaterra e de seu notável crescimento econômico ao longo do século XIX. Seja por Marx reservar ao futuro o modo de produção asiática, ou por considerar como uma linha distinta de desenvolvimento histórico, ele se contenta em fazer a seu propósito apenas apontamentos sumários. Seu esquema histórico é, portanto, o seguinte:



Pouco explícito, este esquema de estrutura clama por ressalvas e levanta problemas que Marx algumas vezes expôs sem resolver. Em primeiro lugar, este esquema diz respeito à **apresentação** dos resultados da pesquisa marxista. Esta pesquisa, propriamente, que trata do **movimento do conhecimento**, parte do atual para dirigir-se ao passado. O método é **regressivo** antes de ser **progressivo**. A reflexão esclarece a história a partir do presente. Dessa forma, o modo de produção feudal se revela enquanto condição histórica do capitalismo na Europa. Ele foi o que ainda não era o capitalismo. No modo de produção capitalista predomina a economia política. Longe de explicar tudo pelo econômico, longe de formular um determinismo econômico, Marx deseja demonstrar que a determinação pela economia data do capitalismo e o caracteriza. Foi a burguesia que constituiu a primazia do econômico, para dela se beneficiar. De fato, havia no modo de produção feudal uma atividade produtiva; a produção agrícola (com a divisão do trabalho e uma organização própria) que desempenhava um papel importante. E, não obstante, aquilo que caracteriza essa sociedade são as relações **pessoais de dependência**. Todas as relações sociais “aparecem como relações entre pessoas” (Cap. I, I, IV)⁴. As relações entre as coisas, dentre as quais figura o dinheiro, são subordinadas às relações pessoais. A sociedade é, então, opressiva, mas **transparente**. A forma mais natural do trabalho, isto é, o trabalho da terra,

⁴ A citação que Lefebvre traz aqui parece ter sido removida da tradução utilizada. Caso este trecho estivesse presente na versão de língua portuguesa, seria encontrado na p. 74, *Seção I – Mercadoria e dinheiro, Capítulo I – A mercadoria*, item 4) *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*. A explicação para sua ausência e para a discrepância em mais de uma tradução para o português, isto é, para além da particularidade de cada língua, parece ser escolha dos tradutores devido à uma crítica feita pelo próprio autor à versão francesa de *O Capital*. Segundo Marx, a tradução foi feita de maneira demasiadamente literal, o que o “obrigou a modificar a redação, com intuito de torna-la mais acessível ao leitor”, como afirmam os tradutores da versão de língua portuguesa aqui utilizada em nota (“A respeito da tradução de *O Capital*”, p. 3-5). Nela, os tradutores apresentam esta crítica como razão de terem preferido uma exposição daquilo que, segundo sua interpretação, fosse mais “fiel ao espírito do seu autor e não apenas a sua forma” – prerrogativa esta, também, que se adota aqui na escolha das palavras para retratar melhor o sentido impresso por Lefebvre.



é nela também a forma social (id.)⁵. Ao passo que a sociedade capitalista é uma sociedade não transparente. Por quê? Porque as relações entre as pessoas passam pelas coisas e pela relação entre estas coisas: a mercadoria, o dinheiro, o capital. Mais complexa, mais desenvolvida que a sociedade feudal, a sociedade capitalista desde o início é opaca e contraditória, até naquilo que a faz coerente. A análise descobre estes traços característicos ao retornar a partir do presente nos tempos (regressivamente), e ao seguir a gênese do presente (progressivamente).

E agora, onde, como e sob quais condições existiu plenamente tal modo de produção, tal como, por exemplo, o modo de produção feudal? Onde atingiu sua maior predominância e maturidade? Quando e como veio a se constituir em totalidade, com uma coesão integral? No que tange ao capitalismo concorrencial, Marx não hesita. Foi na Inglaterra, ao longo do século XIX, que se desataram e se afirmaram os traços essenciais deste capitalismo. Sobre o modo de produção feudal, ele não se pronuncia. Talvez ele tenha deixado este esforço aos historiadores. O conceito marxista do “modo de produção” não corresponderia a nenhuma realidade historicamente realizada? Seria ele construído? Não seria necessário concebê-lo como um **tipo ideal** na acepção de Max Weber? Ou mesmo ao contrário convém de verificá-lo através da pesquisa histórica, de torná-lo um critério e de buscar o vínculo e o momento que dele se aproximam?

É possível também que estes problemas sejam problemas falsos. Para Marx, não houve jamais na história algo diferente de **tendências**, sempre combatidas por tendências contraditórias. Talvez a tendência à constituição de um modo de produção é sempre refém daquilo que sobrevive do passado, de um lado, e dos germes do futuro, do outro. De modo que seria ir longe demais exigir que ele demonstre a plena realização de um modo de produção, com todas as características. Satisfaz a Marx demonstrar a **tendência**. Para ele, as transações são mais profundas, mais reais, mais verdadeiras que as estruturas. Ademais, caso se enfatize a estrutura, por exemplo a do modo de produção feudal, ela não será dada nem como realizada, nem como realizável. É uma abstração ao seu estado puro. E se a história tivesse lá ou cá feito entrar na realidade social uma tal estrutura, uma totalidade plena e realizada, plenamente coerente, como esta história não teria tido seu fim? De fato, como pôr fim a uma estrutura **plenamente coerente**?

⁵ Aqui Lefebvre não se refere a uma passagem específica no texto, mas ao que é apresentado no item citado. Entende-se que a ideia bem se resume pelo seguinte parágrafo da p. 74: “Para observar o trabalho comum, isto é, o trabalho diretamente socializado não precisamos de voltar à forma naturalmente desenvolvida do mesmo que encontramos limiar da história de todos os povos civilizados. A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa etc., constitui um exemplo mais próximo. Essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar, mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família.”



Para Marx, se existem estruturas constituídas pela história, e se existem estruturas da história, nunca há descontinuidade absoluta. Por debaixo das descontinuidades relativas, estão as continuidades elas mesmas relativas. E, acima delas, o crescimento relativamente gradual das forças produtivas. O que não quer dizer que não há períodos em que tal crescimento acelera (invenção ou adoção de técnicas novas, aperfeiçoamentos mais rápidos na divisão e organização do trabalho) e outros em que desacelera. Este conteúdo e esta base das relações sociais não podem ser definidos a partir das estruturas destas relações. E mais: eles tendem sempre a transbordar as relações sociais, a remodelá-las e a quebrá-las. Uma estrutura social coerente apenas se mantém freando as forças produtivas ou se adaptando ao crescimento delas. É pela base, isto é, por embaixo, e pelo seu pior lado, obscuro e grosseiro, que mudam as sociedades. Elas não mudam por aquilo que têm de belo e bom: as obras, a arte, o pensamento, a filosofia. Ao contrário: elas se mantêm por estas **superestruturas**, brilhantes, habitualmente magníficas. Tal é o drama da história.

Contudo, através destas transformações, as formas persistem e marcam, assim, a continuidade histórica. Dentre estas formas que persistem ao não mudarem senão gradualmente, sem relação com o modo de produção, citemos primeiro a **lógica formal**. Ela nasce no modo de produção escravagista (com Aristóteles na Grécia) e se aperfeiçoa durante o período feudal e o capitalismo. O mesmo vale para o direito, nascido em Roma. Quanto à **linguagem**, se ela se transforma, é de acordo com leis específicas. Enfim, a troca de **mercadorias** e o valor mercantil como forma existem enquanto germe desde a mais simples confrontação das atividades produtivas e do trabalho na aldeia primitiva. Não se pode esquecer da filosofia e do pensamento dialético, ligado à lógica e à crítica pelos filósofos das insuficiências da lógica pura. A filosofia, ela também, atravessa os modos de produção.

Ainda, em toda sociedade organizada, sabe-se já que há uma organização das relações com a natureza e uma organização das relações dos seres humanos (indivíduos e agrupamentos parciais) entre si. Isto que constitui dois grupos distintos de **funções**, que dura ao se modificar com uma certa especificidade. Por exemplo, as funções que envolvem conhecimento são realizadas pelos grupos especializados, os “intelectuais”, que aparecem desde a mais remota antiguidade; elas se transformam sem que estas transformações sejam determinadas inteiramente pelos modos de produção, embora estes tenham uma participação. É bastante claro que as **formas**, tais como a lógica e o direito, não são inúteis. Elas servem à realização das **funções** na prática social.

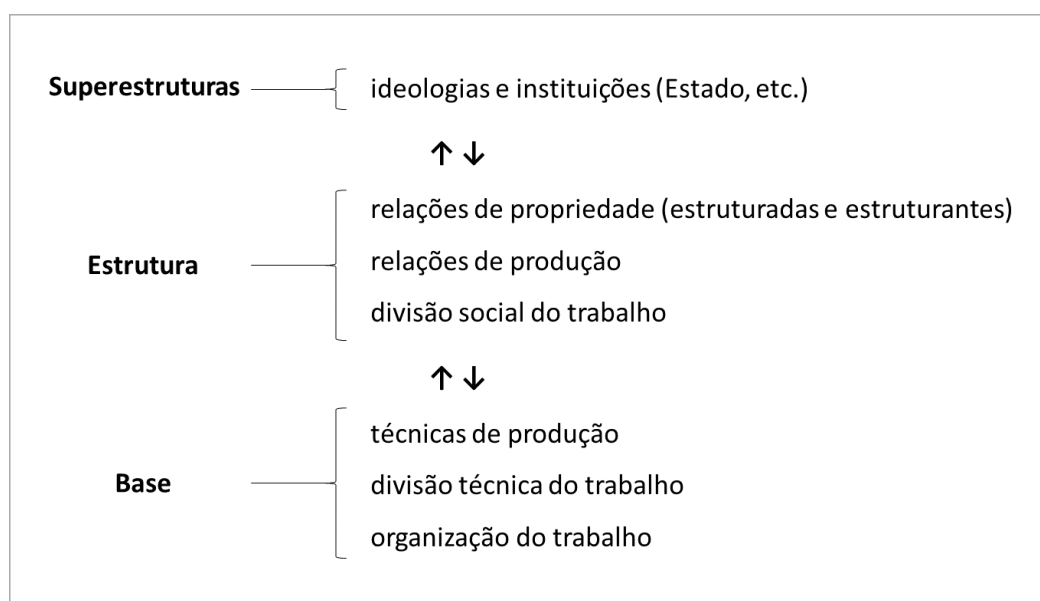
Chegamos então a um paradigma muito complexo e muito dramático de uma história ela mesma dramática e complexa. É impossível de definir o devir histórico pela pura continuidade ou pura descontinuidade. Nada substitui as análises concretas, nas quais se operam numerosos conceitos, os conceitos de nível, de gradualidade, de tendência, de totalidade, e também os de forma, de função e de estrutura. Todos estes conceitos



permitem a análise de realidades complexas. Eles próprios e aquilo que eles designam possuem sentido e alcance apenas no movimento dialético. A história, sempre concreta, possui algo de inesgotável. Enquanto o conhecimento, ao longo de suas investigações, acentua este ou aquele aspecto e se serve deste ou daquele conceito, ele há de evidenciar, cedo ou tarde, um outro aspecto, e utilizar tal outro aspecto. Ao enfatizar a continuidade, somos levados logo a captar o descontínuo. E inversamente. Ao utilizar a forma, somos conduzidos à função e à estrutura. E reciprocamente. Isto justifica os estudos analíticos sobre a estrutura, sob uma condição: **não isolar esta noção** e retornar aos outros aspectos e conceitos, permitindo alcançar o tempo histórico. Sem o qual nos perdemos na ideologia. Mesmo que esta ideologia pareça clara, a reflexão perde em riqueza e conteúdo aquilo que ela ganha em clareza aparente. Surge um momento onde o conhecimento se mutila, quando os inconvenientes da unilateralidade comprometem as vantagens. A análise perde de vista o conjunto e se impede de reencontrá-lo.

III. – Estrutura da sociedade (esquema sincrônico)

Os elementos desta estrutura, ou melhor, seus níveis, já são conhecidos; mas o conceito de nível se emprega de modo diferente neste esquema. Ele não designa mais os graus sucessivos, ou supostamente sucessivos, de tal crescimento e desenvolvimento social, mas a sobreposição dos **pavimentos** (metáfora da qual não se pode abusar) do edifício social. De início, há a **base**, isto é, a divisão e a organização do trabalho. Depois, as relações de produção e as relações sociais, que constituem a **estrutura** propriamente dita da sociedade. Enfim, ao topo, as instituições e as ideologias, indissociáveis, isto é, as **superestruturas**. O esquema se dispõe verticalmente, não horizontalmente.





Este esquema requer de imediato algumas observações. O termo estrutura é tomado em dois sentidos um pouco diferentes, um mais restrito e preciso, o outro mais abrangente. As relações de propriedade podem se dizer “estruturadas” com relação às relações de produção e “estruturantes” com relação ao conjunto da sociedade. Elas são determinadas pelas relações de produção e determinantes com relação ao conjunto da prática social. As regras do casamento, da transmissão de bens e de sua distribuição não podem não influenciar a sociedade inteira. Ora, essas relações de propriedade se elaboram, se estipulam; elas se codificam e se formalizam. Este é o direito, formulado em um código ou em vários códigos. É assim que as relações de propriedade carregam uma coesão a todo o conjunto social. As relações contratuais, tão importantes em todas as sociedades, ainda que pouco desenvolvidas, delas fazem parte. O conceito de forma é então introduzido aqui para tornar preciso o esquema. A forma jurídica tem como conteúdo as relações sociais; ela depende delas, mas a elas impõe uma ordem social. O direito elaborado realiza assim uma das funções mais importantes. E ela é passada do direito às instituições. Estas dependem das ideologias que elas suscitam, mantem ou combatem. Por exemplo, a religião, que dá lugar a instituições, é ela própria uma ideologia. O Estado, instituição suprema nas sociedades historicamente conhecidas, se justifica por certas ideologias ou combate as ideologias que a ele resistem. As instituições e as ideologias não permanecem então limitadas a seu nível, o das superestruturas. Elas possuem funções que se estendem ao conjunto da sociedade. Já as relações de propriedade tendem a ligar todos os níveis em um todo coerente. O mesmo vale para instituições, como o Estado, e ideologias, como a religião, a filosofia, as ideias sobre a arte (estética) e a moral (ética). Instituições e ideologias possuem funções parciais (organizar e gerir um ou outro aspecto da vida social) e uma função global ou, sobretudo, “totalizante”. Elas nunca conseguem, porém, completar esta totalidade. Sempre houveram muitas ideologias confrontantes. Além do mais, a relação entre ideologia e conhecimento permanece muitas vezes conflituosa. A ideologia e o conhecimento se misturam, em especial na filosofia. E, ainda assim, elas se confrontam em uma luta mais ou menos violenta. No topo mais elevado, acima das relações conflitantes entre ideologia e conhecimento dentro da filosofia, encontra-se uma forma: a lógica. Ele realiza uma função decisiva na determinação da racionalidade da qual é capaz esta ou aquela sociedade. Da técnica que se encontra na base à lógica que se situa nas superestruturas, há conexão. O que determina o conhecimento, ele mesmo decomposto em conhecimento da realidade material e conhecimento da realidade social.

O esquema vertical (sincrônico) permanece fixo, e seus níveis desmoronam se nele não são introduzidas as noções de forma e de função ao mesmo tempo que a de estrutura. Apreendido com estes três conceitos, o esquema recupera o movimento; ele corresponde à prática social que ele permite alcançar e conhecer. Elaborado dialeticamente, ele recupera o movimento dialético da história.



IV. – O valor de troca

Para Marx, os produtos de várias atividades (trabalho, de acordo com um ou outra divisão técnica e social do trabalho) assumem na troca uma forma social e mental bem distinta de sua materialidade e de seu uso. A mercadoria possui uma dupla face: valor de troca e valor de uso (**Cap. I, I, II**)⁶. As mercadorias são duas coisas ao mesmo tempo: objetos de utilidade e portadores de valor de troca. A forma mercadoria implica uma certa relação de cada objeto com todos os outros objetos trocáveis no mercado. Mas esta relação complexa se analisa e se descobre a partir da relação simples e abstrata entre duas mercadorias. Esta relação analítica pode, segundo Marx, ser definida logicamente. A forma do valor (da troca) é, para ele, muito próxima da forma lógica. O que permitiu a ele deduzir ou, sobretudo, construir **logicamente** o valor da troca. Considera-se a relação $x A = y B$ (mercadoria x em quantidade A vale mercadoria y em quantidade B, por exemplo: 20 metros de tela valem uma vestimenta). Tomados separadamente, isoladamente, os vinte metros de tela não são uma mercadoria; eles correspondem a uma necessidade; eles são apenas o valor de uso. Para que eles tomem um valor de troca, foi necessário associá-los a um outro produto do trabalho (com o produto de um outro trabalho social), a vestimenta. As duas coisas promovidas ao posto de mercadoria adquiriram, portanto, dois papéis distintos. A primeira por hipótese (a tela) possui um papel ativo, ela se expressa sob o mesmo valor que a segunda, que possui um papel passivo. A primeira se torna valor relativo pela introdução da segunda, que “funciona” como equivalente. A forma relativa e a forma equivalente são “dois aspectos correlatos, inseparáveis”, mas ao mesmo tempo opostos exclusivos um do outro, “isto é, polos”, escreveu Marx (**Cap. I, I, III**)⁷. Assim, e apenas assim, duas coisas diferentes, como são a tela e a vestimenta, tornam-se equivalentes. Sua relação é comutativa. Desde que $x A = y B$, tão logo como $y B = x A$. A forma da mercadoria se define, portanto, por uma cadeia: $x A = y B = z C = \dots$. Neste encadeamento formal, a estrutura é representada pela polaridade “relativa-equivalente”, relação **de inclusão e de exclusão**, isto é, **lógica**.

Aqui se inserem uma série de observações que parecem se impor e, ainda assim, são novas. De fato, o primeiro livro do **Capital** raramente foi bem lido e bem compreendido. Alguns viram nele somente abstrações especulativas, uma apresentação confusa e deliberadamente filosófica para preparar a parte interessante da obra; estes leitores, economistas ou historiadores, frequentemente pularam o primeiro livro e, principalmente, a dedução do valor para chegar à parte histórica ou econômica do **Capital**. Outros, ao contrário, pararam em seus primeiros capítulos para conferir a eles interpretações filosóficas (em especial a de G. Lukacs). De fato, a referência à lógica formal raramente foi alcançada. E mais, não se viu o resultado de tal dedução –

⁶ Seção I – Mercadoria e dinheiro, Capítulo I – A mercadoria, item 2) Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias (p. 49-53).

⁷ Tradução literal do texto de Lefebvre. A tradução publicada em língua portuguesa de *O Capital* segue com o trecho destacado: “A forma relativa e a forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, polos da mesma expressão de valor” (p. 54).



a construção do valor. Marx demonstra que na e pela estrutura e forma do valor, cada produto “entra em sociedade” com todos os outros produtos. Cada coisa, ao se tornar social, se torna mental. Há uma analogia singular entre o encadeamento das mercadorias e o encadeamento das palavras na linguagem. Tudo se passa como se a coisa promovida ao posto de mercadoria se pusesse a pensar, a refletir, a falar. “Ela traduz seus pensamentos – escreveu Marx – na linguagem que lhe é familiar, a das mercadorias.” O que ela diz? Primeiramente, que todas as outras mercadorias, como ela, são um produto do trabalho, isto é, produto diferente de um trabalho diferente, e que, ainda assim, todas as mercadorias se encadeiam na “realidade sublime” do valor. Há uma língua das mercadorias (**Cap. I, I, III**)⁸. A forma, a estrutura e a função do valor de troca se assemelham tanto às da linguagem que as mercadorias constituem um **mundo** ao mesmo tempo material, social e mental. “A forma geral do valor demonstra por sua estrutura que ele é a expressão social do mundo das mercadorias.”⁹ Este mundo é o do dinheiro, ou melhor, do ouro que encarna, simboliza e “totaliza” a série infinita das mercadorias. “Pouco a pouco, o ouro funciona como equivalente das mercadorias”¹⁰, através da metamorfose da forma geral do valor em forma monetária. Este mundo é um curioso mundo de reflexos onde cada “coisa”, espelhos de todas as outras coisas, as reflete, ou melhor, as contempla. O mundo da mercadoria, com sua lógica e sua língua se acredita e se percebe transparente. Não há nada, porém, de mais opaco. De fato, neste mundo, se esquece do trabalho social, a tal ponto que cada coisa e todas as coisas se reúnem enquanto produto e que cada valor expressa a produtividade média do trabalho social (do qual a sociedade inteira dispõe).

A prática social e a divisão real do trabalho (técnica e social) são acompanhadas então de uma aparência, igualmente social; esta aparência tende a ocultar a realidade que ela encobre e que ela pressupõe. É a mercadoria que fornece a forma, a linguagem, o espelho da sociedade e não o trabalho social, que, contudo, é essencial. E isto ocorre até o momento que no plano teórico a análise rasgue o véu, até o momento que na prática uma sociedade nova confira ao trabalho sua plena realidade social. A aparência se torna realidade no capitalismo. Então prevalece o mundo e a linguagem das mercadorias. Sem poder desaparecer, o conteúdo da forma se esvanece. É preciso um grande esforço de reflexão para romper o fetichismo que substitui as relações sociais entre os produtores (trabalhadores) pelas relações entre as coisas produzidas, as mercadorias, o dinheiro, o capital (I, I, IV, sobre o fetichismo da mercadoria)¹¹. Em uma sociedade como esta, as mercadorias não constituem apenas uma língua falada, a da troca especificamente capitalista entre os seres humanos socialmente ativos (produtivos). Tendo uma realidade material, as mercadorias possuem algo em comum com a

⁸ “entra em relação” / “ela revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias” / “sublime objetividade” (p. 57).

⁹ “A forma valor geral surge, ao contrário, apenas como obra comum do mundo das mercadorias” (p. 66).

¹⁰ “Pouco a pouco, [o ouro] passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos como equivalente geral” (p. 69).

¹¹ Seção I – Mercadoria e dinheiro, Capítulo I – A mercadoria, item 4) O caráter fetichista da mercadoria e o seu segredo (p. 70-78).



escrita. As relações sociais se tornam obscuras, pois elas são contraídas cegamente através da ilusória transparência luminosa das coisas e da forma tomada por estas coisas, cada produto do trabalho se torna um **hieróglifo**. “Não é senão com o tempo que o homem busca decifrar o sentido do hieróglifo, penetrar os segredos da obra social para a qual ele contribui”, isto é, “[o sentido] desta transformação dos objetos úteis em valor que são um produto da sociedade análogo à linguagem” (I, I, IV)¹². É assim que as formas pertencentes a um período social durante o qual “a produção e suas relações regem o homem ao invés de serem regidas por ele”¹³, o período burguês, aparecem espontaneamente para a consciência neste mesmo período como necessidades naturais. As mercadorias clamam: “Nós pouco nos importamos com nosso valor de uso. Aquilo que nos interessa é nosso valor de troca; e é apenas assim que nós nos referiremos umas às outras.”¹⁴ Não acreditaríamos, acrescenta Marx, que os economistas tomaram emprestado suas palavras do coração das mercadorias? Eles escamoteiam as relações sociais ao alegar que o valor pertence às coisas enquanto coisas, natural e imediatamente.

É impossível de compreender o mundo das mercadorias sem compreender que neste mundo cada objeto se torna um **signo**. De modo que o **signo** do conjunto dos objetos, o dinheiro, funciona de maneira tal que ele pode ser substituído por símbolos de si mesmo, signos de segundo grau de qualquer tipo: notas bancárias, apólices, cheques, etc. Em um certo sentido então toda mercadoria é um signo. Porém nem o dinheiro nem as mercadorias são **apenas** signos. “Ao se ver apenas simples signos nos caracteres sociais que revestem as coisas, confere-se a eles sentido de ficções convencionais. Erro grave, que omite as determinações sociais do trabalho em um modo de produção particular” (I, 2, I,)¹⁵.

Agora, é possível responder a algumas questões deixadas em aberto anteriormente, destacadamente à propósito dos dois esquemas, diacrônico é sincrônico. Desde que dois “produtores”, ainda que em uma divisão trabalho muito simples, se encontrem para a troca de seus produtos, o mundo das mercadorias se faz presente como germe. Evidentemente, a lógica e a linguagem da mercadoria existem apenas virtualmente ainda. Há, então, os pequenos mercados nos interstícios entre as comunidades primitivas. Os camponeses das aldeias, desde a mais remota antiguidade até a comunidade aldeã em plena decomposição de nossos dias, possuem mercados e feiras. Em seguida, no modo de produção escravagista, ocorre a extensão do comércio. Ele, no

¹² “Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social” (p. 72).

¹³ “o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção” (p. 76).

¹⁴ “Se as mercadorias pudessem falar, diriam: É possível que nosso valor de uso interesse ao homem. Ele não nos compete enquanto coisas. No que nos compete enquanto coisas é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas mercantis demonstra isso. Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca” (p. 77).

¹⁵ “ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens” (p. 83).



entanto, permanece subordinado; a economia comercial e monetária não é dominante ainda. Como diz Marx, esta economia de troca se afirma apenas “nos poros do mundo antigo”¹⁶, na Grécia e em Roma. O mesmo se aplica à sociedade medieval, onde não obstante os mercantes conduziam uma feroz luta, uma luta de classe contra a feudalidade e os senhores feudais, pelo menos na Europa. Nestas condições nasce o capitalismo; e é neste capitalismo comercial que a economia mercante e monetária se torna dominante. Em seguida, o capitalismo industrial dá ao “mundo da mercadoria” sua extensão total. Com o mercado mundial, a mercadoria e o dinheiro se generalizam sob a égide da burguesia capitalista.

É portanto a “mundialização” da mercadoria, que conecta os modos de produção sucessivos e os atravessa. Em cada modo de produção, suas relações específicas possuem um papel **negativo** com relação a esta extensão. Elas a freiam ao impedir o crescimento das forças produtivas. O desenvolvimento do “mundo da mercadoria”, com suas faces horríveis e odiosas, está ligado ao crescente poder das sociedades sobre a natureza, aos aperfeiçoamentos da divisão técnica e social do trabalho. Em cada modo de produção, suas relações sociais específicas possuem uma dupla função: negativa e positiva. Por um lado, “positivamente”, elas presidem à organização de uma sociedade, com suas instituições e suas obras, habitualmente magníficas. Por outro lado, elas impedem um crescimento e bloqueiam um desenvolvimento, que se realizariam pelo “lado mau” da prática social, o espírito de lucro, a exploração daqueles que produzem pelos intermediários entre os produtores (comerciantes, banqueiros, etc.). E é efetivamente no capitalismo que nasce e culmina o “lado mau”. É no capitalismo que o econômico se torna primordial, ainda que cada sociedade e cada modo de produção tenham tido suas condições econômicas. Na sociedade burguesa, a força de trabalho é ela própria vendida em um mercado, o mercado do trabalho (ainda que o trabalhador industrial não seja nem um escravo, nem um servo: ele vende apenas sua força de trabalho; os trabalhadores permanecem livres, e, portanto, podem, por um lado, resistir e, por outro, constituir uma **classe**). A extensão da mercadoria marca a continuidade própria ao devir histórico, desde o início da troca e do econômico até a sociedade que limita o “mundo da mercadoria” ao conhecer suas leis, as do mercado, e ao se utilizar destas leis para controlar (isto é, para orientar, planejando-o) a produção para o mercado. Ao iniciar a análise, Marx esclarece a mercadoria pela lógica. Em seguida, a perspectiva se inverte e a análise se torna uma apresentação sintética do movimento em seu conjunto. A extensão progressiva da mercadoria permite compreender os processos graduais que atravessam os períodos históricos, destacadamente a lógica, o direito e talvez a linguagem.

¹⁶ “nos intermúndios do mundo antigo” (p. 75).



V. – Estrutura do capitalismo

Dividamos esta análise em alguns parágrafos.

a) O capitalismo se define como o modo de produção onde domina a economia política. A estrutura social do capitalismo é, portanto, a de uma sociedade onde o conhecimento, a arte, a moral, o próprio Estado, isto é, as ideologias e as instituições, estarão subordinados ao econômico e não poderão ser compreendidos senão a partir da economia política. O que não era o caso da sociedade antiga e medieval. O conhecimento e a ciência, e mesmo a ideologia em geral, possuíam, de um lado, uma relação com a forma racional e, de outro, uma função econômica.

b) Antes do capitalismo, a produção agrícola era dominante. As sociedades anteriores, isto é, o modo de produção escravagista e feudal (na Europa) possuíam por base econômica a produção agrícola e por base social uma população camponesa na qual se perpetuava a comunidade primitiva (mais ou menos modificada ou dissociada). No capitalismo, a produção agrícola se torna subordinada, de início, ao comércio e, depois, à produção industrial gerida pela burguesia. Antes dominante, a agricultura é dominada. Ela possui somente uma função na sociedade capitalista. Ela representa somente um setor desta sociedade, setor este que se alinha pouco a pouco com o setor dominante, ao menos nos grandes países industrializados. Ela toma formas capitalistas, ainda que mantenha algumas especificidades em razão das condições próprias à agricultura (rarefa relativa da terra, desigualdade de fertilidade natural dos solos). É o que Marx estuda nos últimos capítulos do **Capital** (volume III) e de suas **Teorias sobre o mais-valor** (obra publicada em francês sob o título de **História das doutrinas econômicas**) dedicadas à renda fundiária.

c) A extensão da economia mercante dá lugar na história europeia ao capitalismo comercial. Esta primeira forma do capitalismo dura na Europa aproximadamente do século XVI ao século XIX; ela é caracterizada pela concorrência dos mercadores e dos produtores de mercadorias nos mercados nacionais e no mercado mundial. Pouco a pouco, esta concorrência no mercado é subordinada à concorrência de capitais. As leis da concorrência de capitais dominam as do conhecimento sobre o mercado, sem destruí-las. A pura e simples concorrência de capitalistas comerciais é, por assim dizer, superada sem, para tanto, desaparecer. A forma comercial do capitalismo possui somente uma função no capitalismo industrial de livre concorrência. Ela entra na **estrutura** complexa, onde as leis da concorrência de capitais (volume II do **Capital**) dominam as de concorrência no mercado dos produtos (volume I do **Capital**). Esta é uma das razões, senão a razão essencial, para que no capitalismo a distribuição por e no mercado tenha apenas um papel subordinado, o de uma **função**.

É aqui a ocasião de apontar que a própria estrutura da obra de Marx corresponde à estrutura do capitalismo concorrencial descoberta por ele e sobre a qual ele propõe a teoria.



d) O capitalismo possui uma **estrutura social** determinada pelas relações de produção constituídas enquanto relações de propriedade (codificadas). Esta sociedade é altamente complexa. Ela compreende numerosas classes, frações de classes e estratos sociais. A burguesia se subdivide em: burguesia comercial, industrial e bancária. Dentre os empreendedores industriais, uns trabalham para o mercado interno e vendem bens de consumo. Outros operam no mercado externo, lançando no mercado os meios de produção (equipamentos e máquinas). Seus interesses correspondem ou divergem. Nem o camponês nem as classes médias são homogêneas. Não há nada de mais complexo que a repartição da receita nacional, ainda assim dividida em três partes: receita da terra (renda fundiária), receita do trabalho (salário) e receita do capital (lucro). Esta repartição de receita dissimula, ademais, a fonte e a origem única de todas as receitas: o **mais-valor** (diferença, por um lado, entre o valor dos produtos do trabalho e o preço deles no mercado dos produtos, – e por outro, entre o valor da força de trabalho e o preço pago por ela no “mercado do trabalho”). Esta diferença se reparte na sociedade burguesa segundo os interesses econômicos da burguesia e de sua fração politicamente dominante. As funções dirigentes da burguesia intervêm na repartição do mais-valor, **forma** de produção capitalista. A ação política visa uma repartição que satisfaça a burguesia sem deixar hostis os camponeses e as classes médias. Nesta sociedade, a complexidade das relações sociais não impede em nada a polarização das classes. O proletariado não detém os meios de produção; a classe operária pode somente vender sua força de trabalho no mercado do trabalho. Quanto à burguesia em seu conjunto, ela detém em propriedade privada pelo menos a maior parte, senão a totalidade dos meios de produção. Supondo que a classe operária agrupada em associações (sindicatos e políticos) exerça suficiente pressão; supondo que a habilidade política dos dirigentes os leve a fazerem concessões; supondo uma prosperidade considerável e uma falta de mão de obra; supondo, então, uma alta real de salários; a situação da classe trabalhadora melhorará. A **estrutura de classe** do capitalismo não será modificada, enquanto a classe operária não possuir, de uma forma ou de outra, os meios de produção. É isto que define, segundo Marx, o socialismo.

e) O capitalismo possui uma estrutura econômica. Ainda que certos economistas que Marx declara “vulgares” e “apologistas da burguesia” tenham desde seu tempo pretendido o contrário, a distribuição comercial dos bens produzidos tem, segundo ele, apenas uma função nesta estrutura, uma função subordinada à forma capitalista de produção. Somente uma outra sociedade poderia produzir para e de acordo com as necessidades sociais conhecidas e reconhecidas. A estrutura econômica da sociedade capitalista consiste primeiramente na existência de setores da produção, que segmentam a análise. Para Marx, há o **setor I**, isto é, a produção dos meios de produção, que ele separa cautelosamente do **setor II**, a produção de bens de consumo correspondentes a princípio à demanda efetiva. Estes setores possuem características diferentes. Por exemplo, um alto grau técnico, investimentos enormes em ferramentas e uma forte proporção de capital fixo com relação aos salários (capital variável) caracterizam, para Marx, o setor I. Para este setor se dirigem os capitalistas, pois



ele confere lucros consideráveis e permite sobre-lucros notáveis. Apesar disso, os investimentos massivos no setor da produção dos meios de produção possuem uma consequência grave. Estes investimentos estimulam a conjuntura econômica. Ao mesmo tempo, eles a comprometem e a ameaçam. Lançar na produção um excesso de meios de produção, determinando uma produção de bens de consumo excedente à demanda efetiva, ameaça conduzir, mais cedo ou mais tarde, à superprodução. Daí a existência de um ciclo econômico (expansão-recessão) e a ameaça permanente de crise econômica. Marx evidencia este movimento dialético, “estrutura-conjuntura”, na teoria das crises. Por azar, esta teoria das crises se dispersou em todas suas obras dedicadas à economia política, da **Introdução à crítica da economia política** (1857) à **Crítica do programa de Gotha** (1875). No momento da grande crise mundial (1928-1933), houve tentativas para sistematizar a teoria da crise de Marx. Nenhuma destas tentativas foi satisfatória. Nenhuma de fato retomou todos os elementos e aspectos da economia capitalista que, segundo Marx, condicionavam e explicavam, por um lado, os ciclos econômicos e, por outro, as recessões e suas formas agudas, as crises.

f) **A estrutura econômica** do capitalismo confere a ele uma autorregulação. Efetivamente, a concorrência de capitais tende à formação de uma **taxa média de lucro**. Às outras médias sociais (de valores e de preços) se sobrepõe esta média de lucros, com relação à qual os capitalistas mais habilidosos ou os melhores equipados auferem os **sobre-lucros**, enquanto os outros são eliminados e reduzidos à falência. Ademais, em caso de recessão e crise, ocorre um desaparecimento do excesso relativo de produtos (estoque), de capitais (ruína de empresas) e de população ativa (desemprego, emigração). Assim, se restabelecem em tempos de crises as proporções **estruturais** que permitem a acumulação ampliada do capital, isto é, as proporções dos capitais investidos nos setores I e II de forma que a produção de bens de consumo condicionada, no setor II, pelo emprego dos meios de produção produzidos pelo setor I não exceda a elasticidade do mercado. Em suma, para Marx, a crise no capitalismo concorrencial é ela própria reguladora. Ela expurga a sociedade burguesa de seus excedentes, ela se submete a uma sangria benéfica. Tal é o movimento interno desta sociedade. A estrutura econômica e social engendra **conjunturas**. A conjunção **crítica** (a recessão, a crise) possui uma **função**, a de reestabelecer a estrutura. Assim, a **forma** capitalista de produção detém um equilíbrio, uma tendência a se manter. O que não se dá por uma harmonia preestabelecida ou durável, mas pelo jogo de seus conflitos e contradições internas: por seu movimento específico. Esta sociedade não consiste, como o pretende sua ideologia, de indivíduos e de iniciativas individuais. No entanto, sua estrutura não coincide com uma lógica e uma racionalidade universais, como o pretende uma outra ideologia.

g) Esta autorregulação **espontânea** tem limites. A conjuntura crítica pode romper e atravessar estes limites, os do capitalismo. Mais que isso: ela necessariamente os atravessa. Por um lado, no seio do próprio capitalismo concorrencial já existem as forças econômicas, sociais e políticas que utilizaram cada conjuntura



crítica para confrontar sua estrutura. Estas forças são conhecidas. Elas são duplas, opostas a ponto de conflitarem-se, e nascem das mesmas condições. A concentração e centralização de capitais, inerente ao capitalismo concorrencial, tendem à formação de grandes organizações monopolísticas. Quanto à classe operária, ela visa dominar e superar o “mercado do trabalho” em uma outra sociedade.

Também, as autorregulações cegas e espontâneas do capitalismo concorrencial devem dar lugar à uma regulação racional e voluntária da produção. Ao revelar a forma e o conteúdo, as estruturas e conjunturas, as funções sociais e políticas da sociedade burguesa, Marx, ele próprio, permitiu um salto além da racionalidade: a planificação.

Neste sentido, as previsões de Marx se cumpriram. Apenas uma considerável má fé intelectual faz certos ideólogos proclamarem que Marx estava completamente errado. Primeiro ponto: o capitalismo concorrencial desapareceu. Segundo ponto: de uma forma desigual segundo os países e seus setores, a previsão econômica, a planificação e a racionalidade organizadora substituíram as autorregulações cegas e espontâneas do capitalismo concorrencial. Por todos os lugares, a forma racional da prática social assume uma função nova. Mas em estruturas diferentes. De fato, é preciso reconhecer que as previsões de Marx se realizaram de modo desconcertante. Sem dúvida os **possíveis** já estavam no real analisado então apresentado em **O Capital**. Dando razão à Marx além de suas previsões, as possibilidades se revelaram contraditórias: de um lado, o neocapitalismo de grandes organizações capazes de dominar até certo ponto o mercado de produtos e o de capitais e, de outro, uma sociedade planificada. O socialismo não corresponde exatamente àquele que Marx legou o modelo. Ele se estabelece sobre uma base agrária, que ele transforma de modo voluntário e racional, não sem inventar formas e funções novas. Não teria Marx deixado claro que a história se revelaria sempre mais rica e mais complexa que as previsões? Que não há determinismo absoluto, o que não compreendem todos seus intérpretes? Ora, a história continua.

h) De todo modo, última observação mas não a menos importante, todas as sociedades atuais levam em conta, sabendo ou não, do esquema estrutural deixado por Marx em seu testamento teórico, a **Crítica do programa de Gotha** (1875) dedicada ao estudo crítico do partido social-democrático na Alemanha. Em todo lugar, o **sobre-produto** (excedente) social, que assume no neocapitalismo a **forma** de mais-valor, se reparte de acordo com certas exigências. Uma parte vai para investimentos, maiores ou menores. Uma outra parte vai para as despesas gerais da sociedade, isto é, de acordo com as estruturas do Estado e segundo as exigências, interesses e necessidades das classes e grupos dominantes. E, enfim, uma parte maior ou menor vai para **funções sociais**: educação, formação intelectual, medicina e assistência (aos doentes, etc.) assim como para o conhecimento e para aquilo que é chamado de “cultura”. Atividades e trabalhos não produtivos direta ou indiretamente de bens materiais, e especialmente a ciência e a educação, realizam de fato funções sociais. É



neste nível que se encontra hoje o critério de apreciação das formas econômicas, sociais e políticas. Isto que havia anunciado Marx em seu texto tão famoso como pouco conhecido. De acordo com as partes da receita global atribuídas à estas diversas **funções**, diferem **as estruturas** econômicas e sociais, seja na **forma** capitalista ou socialista.

CONCLUSÃO

Esta apresentação que resume o pensamento de Marx apreendido sob ótica metodológica destinava-se a provar uma série de proposições. Pode o estruturalismo contemporâneo reivindicar Marx e o pensamento marxista? Não. Não mais que a ideologia oposta que enfatiza a mobilidade da consciência e do “vivido”. O amplo emprego que Marx faz do conceito de **estrutura** não tem nada em comum com o estruturalismo. Ele o permite enunciar os princípios de uma metodologia dialética e avaliar criticamente o estruturalismo. Em primeiro lugar, as três noções, **forma**, **função** e **estrutura**, devem **ser utilizadas igualmente**, na mesma medida, para analisar o real. Em segundo lugar, elas permitem alcançar as **estabilidades provisórias** e os equilíbrios momentâneos. Em terceiro lugar, elas revelam um **conteúdo** ao mesmo tempo encoberto, entranhado e camuflado nas formas, estruturas e funções analisadas. Através do emprego lógico destes conceitos para a análise, se alcança um movimento mais profundo e mais real: o movimento dialético da sociedade e da história.

Ocorre que toda metodologia que isola e privilegia um destes conceitos perde algo de essencial. Uma análise como essa mutila simultaneamente a realidade e o conhecimento ao mascarar o caráter dialético do movimento. E, por consequência, mutila também ao mesmo tempo os conflitos subjacentes e as possibilidades. Tomando como absoluto um conceito relativo, ela **ideologiza** à moda das antigas ideologias. É o que faz o estruturalismo. De qualquer forma, aí está uma ideologia de um tipo novo, que dissimula com cautela e habilidade seu caráter ideológico sob uma aparente “cientificidade”. Não se trata apenas de uma ideologia, é também uma **prática**. Toda ideologia sempre tendeu para uma prática, seja a religião, o individualismo ou o velho racionalismo burguês. A prática que corresponde à ideologia estruturalista se dissimula com a maior cautela sob a “cientificidade” e a tecnicidade das análises. Ela implica um projeto de **estruturar** a sociedade existente e de **estabilizá-la** (de imobilizá-la) em suas estruturas. Tanto o Estado, quanto as consciências individuais e sociais estariam definidas e fixadas “estruturalmente”. A história é desmentida, o movimento parado.

Há na tradição europeia uma filosofia célebre, nascida na Grécia aproximadamente ao mesmo tempo que os grandes filósofos clássicos, que nega o movimento. Esta filosofia se chama **eleatismo**, do nome de um de seus fundadores, Zénon de Eleia. Ela combatia a filosofia do movimento e do devir, a de Heráclito. Pode-se dizer que o estruturalismo tal como se projeta na França e noutros lugares, com a negação da história e a pretensão expressa ou oculta de imobilizar nos moldes existentes a sociedade, constitui um novo eleatismo.

Universidade de Paris-Nanterre.



AGRADECIMENTOS do tradutor:

À FAPERJ, pois este trabalho foi realizado durante a vigência de Bolsa de Iniciação Científica concedida ao longo da graduação.

À Professora Dra. Regina Helena Tunes e à Professora Dra. Sandra Lencioni, pela revisão do trabalho realizado e pela disponibilidade e auxílio para tratar tanto da tradução em si, quanto da obra de Lefebvre.